



Jornal FNE

Edição 46 – Mar/06

Rumo ao desenvolvimento

Engenheiro traz nesta edição o tiro de largada de uma discussão extremamente importante à categoria e ao País. A urgente necessidade de se retomar o crescimento econômico, escapando da atual armadilha que praticamente paralisa o Brasil há 25 anos e, pior, amesquinha os sonhos de toda uma geração. Como bem aponta em seu artigo o consultor sindical João Guilherme Vargas Netto, crescer é a condição necessária. É preciso libertar a economia brasileira das amarras que a impedem de realizar seu potencial. Tal debate ganha relevância a partir deste mês, quando começam os seminários regionais que culminarão com a realização do VI Conse (Congresso da Federação Nacional dos Engenheiros), em setembro próximo, conforme relata matéria na seção “Sindical”. O mote do encontro nacional será justamente “Engenharia e Desenvolvimento”. Sobre isso também fala o professor Carlos Lessa, em entrevista na qual classifica os engenheiros como os profissionais do crescimento.

Em discussão ainda, a atual polêmica em torno da política cambial, hoje dissociada dos interesses industriais nacionais e desvantajosa para o País, segundo análise dos economistas Marcio Pochmann e Ceci Juruá. Também as dificuldades das empresas nacionais para concorrer no mercado global de softwares e os riscos contidos no novo Plano Nacional de Recursos Hídricos. Ainda em pauta no mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, a gradativa conquista do gênero em todos os ramos da engenharia. E o que acontece nos estados.

Bom proveito.

CAPA

Nos anos 80 e 90, em alguns cursos do Centro de Tecnologia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), não havia registro de matrícula feminina, como nas engenharias metalúrgica, de produção e mecânica. Na civil, as mulheres não passavam de 20%. Sobressaía-se apenas a química, que tradicionalmente sempre as atraiu mais. Mesmo assim, permanecia abaixo dos 50%. Dez anos depois, sua participação ampliou-se significativamente. Nas três carreiras em que havia apenas homens, por exemplo, sua presença variava de 10% a 27,5%. Os dados constam do livro “O laboratório de Pandora – Estudos sobre a ciência no feminino”, de autoria da socióloga e pesquisadora Fanny Tabak. De acordo com sua colega, Maria Rosa Lombardi, apesar do incremento progressivo, as matrículas femininas representam somente 20% do total no Brasil.

Para Tabak, a explicação para a pouca inserção feminina em profissões científicas e tecnológicas está na falta de estímulo dado às meninas pela família e escola. “Algumas ações afirmativas certamente contribuiriam para trazer um número maior de mulheres a esse campo, mas o ritmo ainda não é satisfatório”, observa.

Além de serem exceção em um mundo eminentemente masculino, ela apresenta dado preocupante. Segundo sua informação, nas conferências latino-americana e internacional da mulher em ciência e tecnologia, realizadas respectivamente em 2004 e 2005, as queixas se assemelhavam às de anos atrás. Entre as quais, as de que não se levam em conta necessidades femininas específicas, como um lugar adequado para trocar de roupa em uma plataforma de petróleo. E conforme Lombardi, as mulheres engenheiras, que ocupam em torno de 15% do mercado formal de trabalho, ainda ganham menos do que os homens. “Sua posição na sociedade ocidental continua a ser de menor poder”, conclui.

Discriminação sutil

Quarta mulher a assumir a presidência de um Crea em 71 anos do Sistema e única atualmente à frente de um conselho regional, o do Distrito Federal, a engenheira civil Lia Sá considera-se, não à toa, privilegiada. “Estou no Sistema desde 2000 e tive uma carreira meteoro”, comemora. Não quer dizer que sua ascensão foi tranquila. “Embora tenham sido os homens que me elegeram, senti discriminação quando fui coordenadora nacional das câmaras de engenharia civil, onde era a única mulher”, lembra. Apesar de ter havido progresso, as formas de preconceito mantêm-se e são sutis, como aponta a engenheira agrônoma Córdula Eckert, representante do Senge-RS junto à FNE. Ocorrem, por exemplo, principalmente quando elas estão em cargos de liderança ou no momento da disputa profissional. “Não é esperado da mulher estar nessa situação.”

A diretora do Senge-PA, Eugênia von Paumgartten, é a única engenheira de um total de 58 no departamento em que trabalha, na Celpa (Centrais Elétricas do Pará). Ela afirma que sentiu a diferença salarial no início de sua carreira, há 22 anos. Para ela, num mundo masculino, o gênero feminino ainda tem que provar sua eficiência com muito mais rigor. Foi o que vivenciou

Clarice Soraggi. Graduada em mecânica, a diretora Regional Sudeste da FNE percebeu discriminação velada no começo de sua trajetória, em 1974. Somente depois de provar ser capaz de desempenhar bem a função, conseguiu reconhecimento. Por essas e outras, Eckert conclui: “O próprio exercício da profissão já é uma vitória.”

OPINIÃO

João Guilherme Vargas Netto

Em alguns círculos bem-pensantes, estimulados pela banca, pelo rentismo e pelo reacionarismo do senso comum, tem se difundido a idéia de que o Brasil não pode crescer. Tentam criar, com artigos e estudos mais ou menos científicos, uma “lei de ferro” impeditiva do crescimento do PIB acima de 3,5% ao ano, porque causaria inflação, desequilíbrio e insustentabilidade.

Esse truque de quem empresta dinheiro ao Estado e só quer juros altos “sem marola” é cópia brasileira da Nairu, que em inglês queria dizer “taxa de desemprego que garante inflação baixa” e atormentou milhões e milhões de trabalhadores desocupados nos países ricos e no mundo inteiro.

Aqui no Brasil, agora que conseguimos quebrar a escrita perversa que colocava a expansão do emprego como fração do crescimento econômico (em 2005, a taxa do emprego subiu mais que a do PIB), precisamos meter a colher nesse caldo e exigir resultados melhores.

Estamos crescendo mediocrementemente, na rabada dos índices de diversos países significativos para nós e abaixo da marca fatídica dos 3,5%. O grande empenho deve ser o do crescimento, libertando nossa economia – empresários e trabalhadores – da camisa-de-força do rentismo e valorizando os engenheiros e a engenharia.

O crescimento é condição necessária para o enfrentamento dos grandes problemas brasileiros. O trânsito de uma política de estabilidade para o crescimento sustentado é o nosso principal desafio.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical da FNE

Engenharia em marcha

Sebastião Fonseca

A luta salarial da categoria dos engenheiros no Brasil há muito está comprometida por dois aspectos fundamentais: o valor real do salário mínimo e a transformação de piso em teto. Digo isso principalmente na esfera governamental dos estados e municípios brasileiros.

Pelo cálculo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o salário mínimo para subsistência de uma família constituída por quatro pessoas teria que ser de R\$ 1.607,11. Isso leva-nos a concluir que o salário mínimo profissional para uma jornada de oito horas, segundo a Lei 4.950-A, seria de R\$ 13.660,43. Tomando-se o valor equivalente ao de 1957, o maior da nossa história, teríamos R\$ 1.106,05 como piso legal, garantindo à categoria um poder de compra de R\$ 9.401,42.

A realidade coloca-nos o desafio de estabelecer novos parâmetros para nossa luta. Um salário mínimo de R\$ 350,00, inconstitucional por não cumprir com o que define a Constituição Federal Brasileira, representa o caos dos vencimentos da classe trabalhadora, totalmente aviltada.

Os governos nas esferas estadual e municipal, durante anos, apegaram-se a uma pretensa inconstitucionalidade da Lei 4.950-A/66 – fato contestado pelos acórdãos do Supremo Tribunal Federal e vigência da lei – como uma forma de justificar o desrespeito aos engenheiros. Enquanto isso, desenhava-se o regime jurídico único para os servidores no âmbito dessas esferas governamentais. Assim, consolidava-se o piso como teto.

A falta de um projeto de desenvolvimento aliada à ausência de investimentos na área da engenharia tem levado o País à estagnação e ao empobrecimento. A profissão fica desvalorizada, o salário comprometido e os profissionais sem o poder de representatividade. Sem esperanças, quando não sem empregos.

A saída para o enfrentamento dessas questões é um sindicato participativo, pró-ativo. Deve haver um choque de modernidade nas entidades que nos representam. É preciso encontrar soluções para temas há décadas discutidos, inclusive o piso salarial, e trazer os engenheiros para o engajamento de nossas lutas.

Não podemos abdicar de nossa responsabilidade na construção de um futuro em que brilhe a tecnologia e que os engenheiros saiam do campo da inércia para o participativo, do calado para o falar, do “isso não é comigo” para “o que vamos fazer”. Acredito na força dos trabalhadores engenheiros!

Sebastião Fonseca é presidente do Senge-AC

ENGENHARIA

No País detentor de aproximadamente 1/8 das reservas mundiais de água doce, a distribuição do líquido é desigual. Conseqüentemente, muitos sofrem com a escassez. Estiagem é vivida, por exemplo, no semi-árido, onde residem cerca de 20 milhões de pessoas e a vazão é de apenas 0,5%, destinada em sua maior parte à irrigação de projetos privados. Esse é um dos diagnósticos apontados pelo PNRH (Plano Nacional de Recursos Hídricos), aprovado em 30 de janeiro pelo CNRH (Conselho Nacional de Recursos Hídricos) e lançado pelo governo brasileiro em 3 de março. “Ele divide a nação em 12 regiões hidrográficas e indica uma realidade diversificada. Há locais mais críticos do ponto de vista da quantidade da água e outros de qualidade e gestão. Tem conflitos de uso, problemas graves de saneamento e contaminação”, informa João Bosco Senra, secretário nacional de Recursos Hídricos.

Dar conta desses e de outros problemas é sua expectativa com a implementação do PNRH. “A partir de tal diagnóstico, o plano apresenta alguns cenários pensando o País para 2020 e estabelece programas a ser executados para que a gente possa melhorar esse quadro, garantir melhor distribuição de água e, assim, contribuir para a justiça social e o desenvolvimento do País”, enfatiza ele. E complementa: “Não vamos vender a ilusão de que daqui a 14 anos as águas estarão todas clarinhas, são séculos de degradação. Mas, sem dúvida, será um grande avanço conseguir frear esse processo, preservar e integrar as políticas públicas a partir dessa ótica.”

O PNRH é o primeiro construído na América Latina e um dos poucos no mundo, frisa Senra, em consonância com os objetivos do milênio estabelecidos pela ONU (Organização das Nações Unidas). A meta global é que até 2015 os países reduzam pela metade a proporção de pessoas sem acesso à água potável e ao saneamento. De acordo com o secretário, com esse enfoque, à gestão do “ouro azul”, as ações a serem definidas a partir do plano levarão em consideração aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais.

Concluído após cerca de três anos de elaboração, tem caráter orientativo, no caso dos estados, e normativo, no que concerne à política nacional, devendo ser incorporado, conforme Senra, aos planos plurianuais. “É positivo a partir do momento em que começa a estabelecer um regramento aos estados”, acredita José Homero Finamor Pinto, diretor do Senge-RS. Ele lembra que o PNRH apóia-se na Lei 9.433/97, que institui a política nacional de recursos hídricos, e fundamenta-se nos princípios da gestão descentralizada e participativa. “Entendemos isso como o primeiro passo para se começar a organizar o setor”, ressalta.

Oportunidade e risco

Para o sociólogo Luís Fernando Novoa Garzon, membro do Attac (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão) e Rebrip (Rede Brasileira pela Integração dos Povos), embora a aprovação do plano seja uma vitória do movimento social e signifique um projeto de controle social do território, o que é favorável, também reúne elementos que permitem a interveniência das instituições multilaterais, apesar de em menor grau. Nesse

sentido, traduz-se em um “espaço permanente de disputa”. Desse modo, sua aplicação vai se dar “a depender da força dos atores em seu interior”. Ele exemplifica: “É prevista a descentralização da gestão dos recursos hídricos, o que propicia a que seja feito planejamento regional e que cada local pense seu desenvolvimento. Contudo, se não tivermos capacitação para tanto, isso poderá significar a privatização do uso da água.”

Dilema também é apontado por Garzon quando o assunto é cobrança do uso da água. “Pode ser um instrumento positivo, ao estabelecer limites econômicos aos poluidores e a quem utiliza a água como matéria-prima. O perigo é que, com isso, passe-se a propor o uso racional apenas por essa via, o que favorecerá a criação do mercado da água”, destaca o sociólogo. Diante desses fatores, ele considera o PNRH uma oportunidade e ao mesmo tempo um risco.

Professor de pós-graduação do Departamento de Direito da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e autor do livro “A água, a lei, a política... e o meio ambiente”, Cristian Caubet reconhece que o plano nacional de recursos hídricos era uma necessidade. Porém, critica ele, “não nesses moldes, com uma visão mercantilista da água”. Na sua visão, o instrumento “foi uma maneira de criar espaço de disputa aos usuários mais poderosos e não de assegurar planejamento nacional integrado de todos os usos”. Para o professor, diferentemente do que afirma o secretário, do modo como foi formulado, o PNRH não está voltado a atender necessidades sociais e ambientais. Conseqüentemente, não garantirá água para todos. “Isso não está na lei, nem vai ser política pública”, lamenta.

ECONOMIA

Na opinião do economista e professor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Marcio Pochmann, a atual taxa de câmbio é um equívoco. “Não pode ser tão-somente reflexo da oferta e demanda por dólar, como ocorre hoje.” Ele retrata o panorama atual: “Como estamos vivendo um momento em que a taxa de juros interna é muito elevada frente à externa, temos uma liquidez internacional significativa. Há recursos vindo para cá e crescem-se a isso investimentos direto do exterior. Isso termina por aumentar a oferta de dólares e por desvalorizar essa moeda frente ao real.” Conseqüentemente, segue em franca queda e tem oscilado entre R\$ 2,12 e R\$ 2,20.

O ideal seria que o dólar se situasse entre R\$ 2,80 e R\$ 3,00, estima a economista Ceci Juruá, pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro). “Seria um valor adequado hoje de maneira a remunerar o produtor interno”, ensina. Ainda segundo ela, se simultaneamente o Banco Central reduzisse a taxa de juros para 6% ao ano – atualmente é de 17,25% –, o efeito dessa decisão poderia compensar o impacto inflacionário do câmbio. “As empresas teriam aumento de custos por um lado e redução por outro.”

No cenário atual, o mercado nacional é invadido por mercadorias estrangeiras. “O produto importado fica muito barato e nossas empresas ficam sem condições de competir e começam a fechar as portas”, acrescenta Juruá. O resultado é mais desemprego, atesta a pesquisadora da Uerj. Pochmann continua: “Setores importantes, intensivos em mão-de-obra e estratégicos do ponto de vista da nossa autonomia, estão sendo comprometidos. Entre eles, o calçadista e o têxtil. Por outro lado, a taxa aplicada hoje vem sendo favorável para a produção de bens de baixo valor agregado, como soja, frango, salsicha, açúcar, minério de ferro. Mas não há nenhuma garantia de que essa situação vai perdurar por muito tempo.” Se o real valorizado em relação ao dólar não beneficia a economia brasileira, tampouco eventual paridade entre as moedas. “Os custos dessa medida são maléficos ao setor produtivo nacional”, resume o economista.

Na sua concepção, ao invés de uma taxa de câmbio fixa ou flutuante, como é hoje, a saída estaria em uma variada e atrelada a uma política industrial. “Penso em uma associada a nova modalidade de inserção do Brasil no mundo. Estamos passando por uma profunda transformação da divisão internacional do trabalho que faz com que os países com maior desenvolvimento tecnológico sejam os com maior crescimento econômico e acompanhados de maior evolução no emprego”, destaca o professor da Unicamp. Assim, o câmbio que sugere seria múltiplo e administrado. Juruá explica seu funcionamento: “Haveria várias taxas, conforme a essencialidade do produto. Por exemplo, para produtos importantes ficaria em R\$ 2,20, para supérfluos, R\$ 3,50.” Embora ache a idéia boa, a qual já foi posta em prática no Brasil nas décadas de 40 e 50, a pesquisadora considera difícil implementá-la nos dias atuais. “O Brasil não tem autonomia na sua economia. O grande problema é a dominação que o capital estrangeiro exerce sobre as finanças brasileiras”, vaticina.

Efeito desestabilizador

Para Juruá, alternativa seria definir câmbio fixo com reajuste pela inflação, “como era no final dos anos 60 e na década de 70”. Ela afirma, contudo, que essa é a saída possível, não o melhor dos mundos. “O ideal seria que o governo tivesse o monopólio do câmbio, para que não fosse possível haver especulação sobre a moeda nacional e suas divisas. Mas acredito que não tem viabilidade na atual política”, lamenta a pesquisadora da Uerj. Um dos empecilhos a um modelo formulado levando-se em conta um projeto nacional de desenvolvimento estaria na própria formação da diretoria do Banco Central. “Acho sua composição extremamente maléfica. Não tem um economista com sensibilidade social. Se tivessem identidade com o setor produtivo, a percepção poderia ser diferente”, critica Pochmann.

Enquanto permanece a falta de controle do câmbio e o incentivo à especulação em detrimento da produção, constata Juruá, chega ao País um capital “absolutamente desestabilizador, que entra num dia para se multiplicar e sai daqui a dois meses”. “Quando vêm esses fundos de investimentos e jogam aqui US\$ 20 bilhões, chegam com uma quantia que representa 40% da nossa base monetária. A economia brasileira é muito pequena para acolher essa quantidade imensa de capital estrangeiro vindo para cá principalmente para especular. Tem que haver um controle do câmbio.” Para ela, poderia se criar, por exemplo, um período de quarentena, em que o capital que chega não pudesse sair antes de seis meses ou um ano.

SINDICAL

Engenharia e desenvolvimento

A partir deste mês, começam a acontecer em todo o Brasil seminários regionais promovidos pelos sindicatos filiados à FNE que discutirão temas importantes aos seus estados e ao País. As conclusões desses eventos serão compiladas e levadas ao VI Conse (Congresso da Federação Nacional dos Engenheiros), que será sediado no Novotel Center Norte, em São Paulo, entre 13 e 15 de setembro. O resultado será um documento rico em propostas da categoria, a ser apresentado aos candidatos nas próximas eleições estaduais e nacional. Tais diretrizes foram apresentadas pelo presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, em assembléia geral extraordinária da federação realizada em 7 de fevereiro último em Brasília.

Em sua sexta edição, informa ele, o congresso visa “oferecer à comunidade dos engenheiros e demais profissionais da área tecnológica, assim como aos setores produtivos e à sociedade em geral, as bases para um projeto nacional de desenvolvimento”. Para alcançar essa meta, os seminários preparatórios nas cinco regiões do País abordarão temas como infra-estrutura, energia, recursos hídricos, saneamento, transportes urbanos, política trabalhista e sindical, organização profissional (Sistema Confea/Creas), além de ciência, tecnologia e engenharia. Num primeiro momento, a realidade de cada localidade e suas necessidades serão colocadas à mesa. Posteriormente, a idéia é definir ações e proposições unificadas, que contribuam para viabilizar um projeto nacional em um horizonte de 20 anos.

Além disso, está na pauta analisar e sugerir soluções a problemas enfrentados pela categoria nos diversos cantos do País. Por exemplo, em vários locais, os engenheiros ainda têm o desafio de fazer cumprir a legislação profissional e batalhar por respeito aos direitos trabalhistas. Queixa recorrente em todo o Brasil é de que os Creas, em sua maioria, têm sido omissos, cartoriais e excessivamente burocráticos. Como mudar tal realidade e assegurar eficiência ao Sistema que hoje congrega nacionalmente 900 mil profissionais será outra das respostas que devem ser extraídas do Conse.

Voz aos engenheiros

Essa é a linha que norteará todo o processo de debates. Dar voz aos engenheiros é preponderante, dada a sua importância na definição de saídas aos grandes problemas nacionais, como lembra Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, diretor da FNE e membro da comissão organizadora do Conse – da qual participam, ainda, Fermin Luis Peres Camison (Senge-RS), Antonio Florentino de Souza Filho (PI) e Carlos Bastos Abraham (SC). “O técnico vai ter a oportunidade de se pronunciar e contribuir”, diz. Segundo ele, nesse sentido, o congresso assume tonalidade política, ao buscar interferir nas decisões que afetam a todos os brasileiros. E tende a ser um instrumento extremamente útil enquanto espaço de debates “da categoria que deve responder por esses temas”. Brízida exemplifica: “Fazer ou não a transposição do São Francisco ou a inspeção técnica veicular tem que ser discutido com os engenheiros.” Assim, com o congresso, ressalta Florentino, a FNE demonstra sua postura de “participar

efetivamente das questões técnicas que dizem respeito à gestão pública no País”. Na sua opinião, somente dessa forma será possível produzir uma nação com garantia de emprego e valorização profissional.

Conforme Abraham, para quem o momento é excelente para se discutir tais pontos, ainda neste mês de março, a federação deliberará sobre o programa final do congresso, o qual terá a presença das delegações dos Senges, profissionais e autoridades. A expectativa é que o evento de âmbito nacional reúna cerca de 500 participantes.

Ex-presidente da FNE é homenageado

Em sua assembléia geral extraordinária realizada no dia 7 de fevereiro em Brasília, a FNE homenageou seu ex-presidente Jorge Gomes, que ocupou o cargo entre 1995 e 2004. Sua foto, assim, passa a integrar a galeria dos engenheiros que comandaram a entidade ao longo de sua história. Presente à solenidade, um deles, Antonio Octaviano, cuja gestão foi de 1986 a 1992, lembrou o apoio que recebeu dos engenheiros gaúchos, liderados por Gomes, nesse período. E reconheceu o bom trabalho feito pelo homenageado ao fortalecimento da FNE. Gomes retribuiu dizendo que Octaviano muito o ensinou em termos de mobilização e organização da categoria.

O atual presidente da federação, Murilo Celso de Campos Pinheiro, também valorizou o aprendizado com os seus antecessores. Além de Gomes e Octaviano, integram a galeria de ex-presidentes Armindo Beux (1964-1980), João Eduardo Moritz (1980-1986), Rutênio Gurgel Bastos (1992-1993) e Wellington Silva de Miranda (1993-1995).

O que acontece nos estados

PI

Agespisa deve ser poupada de interesses políticos

A manifestação atribuída ao prefeito de Teresina, Silvio Mendes, divulgada em um jornal da cidade, de que a Agespisa (Águas e Esgotos do Piauí S.A.) estaria distribuindo água contaminada à população preocupa Antônio Florentino de Souza Filho, presidente do Senge Piauí. Segundo ele, essa concessionária, apesar das dificuldades que enfrenta, “resultado dos desmandos administrativos que se perpetuaram nela”, detém um corpo técnico competente e ético, o que garante a qualidade de sua prestação de serviços, conforme os padrões de potabilidade requeridos. “É necessário que as divergências partidárias não levem a Prefeitura e o Governo do Estado a tratar dessa forma assuntos de saúde pública, como é o caso do saneamento. Não há nenhuma dúvida quanto à qualidade da água produzida em Teresina. Os resultados das análises feitas pela empresa mostram isso. Algum fato isolado deve ser tratado com responsabilidade técnica para solucionar o problema e com parceria entre Prefeitura, Estado e União. É isso que interessa à população”, ressalta Souza Filho.

RN

Sindicato recebe título honorífico

No dia 16 de fevereiro, a Universidade Potiguar concedeu ao Senge Rio Grande do Norte o título honorífico de “Mérito Universidade Potiguar”, em solenidade realizada na Assembléia Universitária de Concessão de Grau aos alunos que concluíram em 2005 os cursos de Engenharia Civil e Engenharia da Computação. Recebeu a homenagem Augusto César de Freitas Barros, presidente do sindicato, no auditório do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte.

TO

Conselheiros tomam posse no Crea

No dia 18 de janeiro, foram empossados os novos conselheiros do Crea-TO, destacando-se, entre eles, os representantes do Seageto, José Gustavo Rios Fayad, Luiz Amado Pereira Júnior, Paulo Roberto C. Gomes e Jefferson Guilarducci de Alvarenga. Contudo, o que deveria ser uma comemoração, devido à criação de mais uma vaga a uma entidade de ensino, a UFT (Universidade Federal do Tocantins), na modalidade arquitetura, transformou-se em decepção, quando os conselheiros foram informados de que o mandato seria de apenas um ano e não mais de três. Segundo informação do Confea, a responsabilidade pela mudança seria do Crea-TO, que teria solicitado a redução do mandato. “Mentira. Se isso ocorreu não foi por parte do Crea, muito menos da nova presidência, conforme declaração no dia da posse. Foi um mal-entendido que virou normatização e as entidades e os profissionais que se dedicam ao Sistema serão lesados em dois anos e no final de 2006 renovaremos dez conselheiros”, protestou Fayad. “Como pode ser administrada uma entidade em que dois terços serão renovados e muitos que porventura virão a fazer parte nada conhecem do Sistema?”, questionou.

MA

Odinéia Ribeiro assume presidência

No dia 10 de fevereiro, foi empossada a nova diretoria do Senge Maranhão em cerimônia na sede da Caema (Companhia de Águas e Esgoto do Maranhão). Foi eleita no dia 31 de janeiro, com chapa única encabeçada por Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, que comandará a entidade no triênio 2006/2008. No pleito, Ribeiro contou com apoio de várias lideranças locais, como Bolbi Miranda do Nascimento, presidente do Clube de Engenharia, Sebastião Djalma Gomes, ex-presidente do Senge, Carlos Rogério Santos Araújo, presidente da Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – Seção Maranhão), Edvaldo Alves Veras Cutrim, presidente da Aeama (Associação dos Engenheiros Agrônomos do Maranhão), João Clímaco, do Fonasc-CBH (Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas), entre outros. Além dessa engenheira, outras três compõem a nova direção: Thereza Christina Pereira Castro,

diretora-secretária; Núbia Francisca Mendes Monteiro, vice-diretora-secretária; e Josilda Junqueira Ayres Gomes, suplente da diretoria executiva. Segundo a presidente, o compromisso dessa gestão é “desenvolver um novo modelo de atuação sindical, buscando agregar esforços em torno de um objetivo comum, que é a estruturação da classe através do fortalecimento da representatividade e da mobilização de novos engenheiros na construção de um sindicato mais moderno e atuante, procurando conhecer os profissionais da engenharia, sua realidade e necessidades, respeitando as particularidades de cada área”.

SC

Senge prepara festa de 35 anos

Neste ano, a direção do Senge Santa Catarina quer comemorar o aniversário da entidade com um grande evento. Para 21 de julho, está programando uma confraternização para marcar a data. O evento ocorrerá durante o dia inteiro com palestras ministradas por personalidades da engenharia que abordarão assuntos de relevância estadual e nacional, feiras de produtos e serviços da área, uma cerimônia oficial e um coquetel no encerramento das atividades. À noite, o ponto principal será a entrega do Troféu Expressão Profissional Senge para homenagear os profissionais que se destacaram nesses 35 anos no Estado. Serão escolhidos por área de atuação os que tiveram papel relevante desde a fundação do sindicato. As indicações serão feitas a partir deste mês pelas entidades setoriais da categoria. Segundo José Carlos Rauen, presidente do Senge, até junho a meta é passar por cada inspetoria e delegacias regionais do Senge para divulgar o prêmio e a pré-seleção de profissionais. “Queremos que tudo isso tenha uma continuidade, por isso precisamos da participação de todos os engenheiros catarinenses.” O objetivo é “valorizar nossos profissionais, mostrando a importância dessa entidade à categoria e ao crescimento da engenharia”, informou.

ENTREVISTA

O economista Carlos Lessa, professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e ex-presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), já se tornou símbolo da luta pelo desenvolvimento econômico com inclusão social no Brasil. Crítico implacável da atual política monetária de juros elevados e arrocho nos investimentos públicos, tem uma obsessão: crescimento. Para ele, esse é o caminho rumo ao bem-estar do povo brasileiro, à geração de empregos e à verdadeira estabilidade do País, que precisa ir além do mero controle inflacionário. Nessa batalha que enfrenta sem tréguas, dentro ou fora do governo, vê um aliado estratégico: o engenheiro. “Esse é o profissional mais desejado pela sociedade brasileira; a engenharia não é uma atividade rotineira, não reproduz o existente, produz o novo, o amanhã”, enfatiza.

Por isso mesmo, Lessa já tem presença confirmada no VI Conse (Congresso da Federação Nacional dos Engenheiros), que terá como mote “Engenharia e Desenvolvimento”. Em entrevista ao Engenheiro, ele falou sobre a iniciativa, que considera louvável, a importância da profissão para o País e os fundamentos necessários à retomada do crescimento.

O senhor sempre se refere aos engenheiros como os profissionais do crescimento. Como é essa relação?

A relação técnica é muito simples. Qualquer economia tem setores voltados à produção corrente e aqueles que se especializam em gerar novas capacidades. Esses são basicamente os relativos às atividades ligadas à construção e à produção e montagem de equipamentos, que formam o domínio preferencial do engenheiro. Esse profissional está muito mais relacionado aos que ampliam a capacidade de produção da economia que aos setores ligados ao cotidiano da economia. A primeira expressão técnica da engenharia se deu com a engenharia militar, depois foi a vez da ferrovia. Com a segunda revolução industrial, entraram as rodovias, o petróleo, transformações gigantescas. Hoje, a engenharia se sofisticou tanto que produz inclusive sistemas. No fundo, é uma combinação extremamente inteligente entre princípios físicos, informação empírica e seqüências de atividades complexas. Com ela, faz-se uma obra de infra-estrutura, constrói-se um edifício, instala-se uma fábrica, elabora-se um plano, um projeto ou um sistema operacional. Mas todas as atividades estão ligadas ao futuro, a engenharia não é uma atividade rotineira, não reproduz o existente, produz o novo, o amanhã. Por isso mesmo, quando uma economia cresce menos, afeta de maneira poderosíssima o segmento da engenharia.

Exatamente o que se observa hoje...

O Brasil está praticamente paralisado há 25 anos. Vem crescendo à taxa média de 2,5% ao ano ante 1,6% de aumento da população. Portanto, o País está quase estagnado. Concorre para manter essa situação uma política monetária que prioriza os juros elevados, o que faz com que desapareçam os recursos para investimentos em infra-estrutura e, se essa não se amplia, o investimento privado não tem como subsistir.

O congresso da FNE neste ano terá como mote “Engenharia e Desenvolvimento” e pretende debater as bases para um projeto de desenvolvimento nacional. O que o senhor acha dessa iniciativa?

Muito louvável. Se você for ao homem comum brasileiro e lhe perguntar o que ele espera da vida, ele lhe dirá: “Meu sonho é ter uma existência digna.” Isso passa estrategicamente por um emprego, com direitos trabalhistas respeitados, e garantia de aposentadoria. Essa questão do emprego, que está na cabeça do homem comum, só pode ser solucionada com crescimento. Então, entre todos os profissionais, eu diria que o engenheiro é hoje subliminarmente o mais desejado pelo brasileiro. Se os engenheiros se organizam para apresentar sua posição aos candidatos em ano eleitoral, isso tem um peso enorme.

Quais são os fundamentos básicos para que o Brasil volte a crescer?

O mais elementar é a taxa de investimento. O País não conseguirá crescer se mantiver o atual investimento, em torno de 20% do PIB (Produto Interno Bruto). Teria que ser pelo menos de 25%. Esse aumento requer um crescimento significativo no investimento em infra-estrutura, o que só é possível com uma importante redução da taxa de juros. Essa estimulará também os investimentos produtivos, igualmente necessários. Assim, ambos dependem de uma taxa de juros civilizada, porque o Brasil pratica uma que impede o crescimento.

Qual seria a taxa de juros considerada civilizada?

Nós temos uma taxa real 11 vezes superior à média dos países emergentes, como Rússia, China e Índia. É 23 vezes maior que a dos países do Primeiro Mundo. É preciso que seja reduzida ao menos pela metade. Mesmo assim continuará elevadíssima, será ainda a mais alta do mundo, mas propicia-se à economia um oxigênio de R\$ 40 bilhões ou R\$ 50 bilhões, que fazem toda a diferença.

No entanto, tal medida requer ousadia, não?

Cortar os juros pela metade é uma parada. O capital de curto prazo tem imenso poder de chantagem sobre a política monetária. Por isso, nenhuma política de taxa de juros que permita ao Brasil crescer pode ser feita se não for acompanhada de controle de entrada do capital de curto prazo. É um pacote complexo, não é uma receita nada simples. Mas é imprescindível e perfeitamente exequível.

C&T

O Brasil vem expandindo suas exportações de softwares, mas esse ainda é um negócio incipiente se comparado a outras nações emergentes. Para Fábio Kon, professor do Departamento de Ciência da Computação do IME (Instituto de Matemática e Estatística) da USP (Universidade de São Paulo) e pesquisador em Engenharia de Software, alguns fatores tornam o País pouco competitivo internacionalmente. Entre eles, estaria a escassez de contatos pessoais e profissionais nos Estados Unidos e na Europa. “Não temos a cultura e a tradição de buscar clientes e negócios no exterior.”

Crítico da mentalidade empresarial nacional, Kon classifica as companhias brasileiras de software como “muito conservadoras”, pois “utilizam práticas de desenvolvimento e gerenciamento da década de 1980”. Além disso, “muitas delas estão mais preocupadas em

obter certificados de qualidade do que realmente criar as bases necessárias para produzir software de qualidade com a agilidade que o mercado internacional necessita”.

Para completar, avalia ele, não há investimento em pesquisa e não se adotam práticas mais ágeis de desenvolvimento. Também não preenche a lacuna o dinheiro público aplicado ao setor em forma de bolsas. “Essas possuem um valor baixo quando comparado ao padrão do mercado de software, o que faz com que bons profissionais se afastem da pesquisa e passem a trabalhar com produtos e serviços pouco inovadores”, afirma. A solução, conforme Kon, seria “criar mecanismos para que as empresas invistam em pesquisa e desenvolvimento, fortalecendo seus elos com as universidades”. Waldemar Borges, presidente da Softex (Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro), defende a estratégia de contar com a atuação de grandes empresas. “Precisamos ter alguns players importantes nesse jogo pesado do mercado mundial”, avalia. Uma vez que no Brasil as pequenas e médias empresas representam a maioria no setor, ele aponta a necessidade de trabalhar com multinacionais que se instalam no País “no sentido de abrir novos mercados lá fora, porque elas já dominam essas áreas”.

Contudo, como simplesmente querer não é poder quando se trata de conseguir uma fatia do mercado global, a exportação não deve ser o único caminho para a expansão, acredita o professor da USP. “Temos de agir na linha da substituição das importações.”

Qualificação

Um ponto fundamental nessa corrida pelo mercado de software, setor que necessita basicamente de cérebros, é a mão-de-obra. O nó a ser desatado atualmente é como formar adequadamente cerca de 60 mil profissionais, atual demanda. Para Kon, as melhores universidades públicas estão preparadas e oferecem bons cursos na área de computação, “mas boa parte dos profissionais é formada por universidades particulares, nas quais a qualidade dos cursos deixa muito a desejar”.

Na ótica de Borges, “seria necessária uma revisão de currículo para introdução de formação específica em arquitetura, plataforma e metodologia em complemento a um reforço em laboratório de pesquisa e desenvolvimento”. Esse último item, ressalta, deveria ter o apoio do setor privado. “Como consequência, teríamos condições de expandir nossos parques tecnológicos, que ainda são muito novos e pouco numerosos no Brasil.” Ele sugere ainda a chamada conversão, que dá oportunidade ao profissional de engenharia de ser preparado para ocupar funções na área do desenvolvimento de software. “Esse seria um caminho para colocar, rapidamente, gente qualificada no mercado.”

Na visão de Ailton Barberino do Nascimento Filho, diretor de outsourcing offshore da Stefanini IT Solutions, um modelo bem-sucedido nessa seara é sem dúvida o indiano. “Havia uma necessidade de reduzir custos com TI, que representavam uma carga bastante pesada no orçamento geral da operação das empresas, principalmente das megacorporações. A Índia acreditou no movimento e se preparou”, conta. “Criou pólo de tecnologia, formou bem seu

peçoal e, finalmente, implantou um plano de ação eficiente que alavancou muito os negócios na exportação.”

Concorrência

Ajuda bastante o país asiático nessa disputa o baixíssimo custo da mão-de-obra, de cerca de US\$ 9 a hora, contra US\$ 12 do profissional brasileiro. Bem formado e barato, o engenheiro indiano tem ainda a vantagem da fluência em inglês, idioma oficial do setor e da globalização.

Assim, Nascimento acredita ser fundamental buscar meios de fazer frente aos concorrentes. “Não adianta investimento somente em linha de produção, sem formação adequada. Sem essa solução estrutural, nossas empresas conseqüentemente representarão aumento de custos, em um ambiente onde o capital intelectual já representa 65% do montante.”

Apesar das dificuldades, ele aposta na expansão, que trará oportunidades. Nascimento estima que o mercado de outsourcing (terceirização) continue crescendo na ordem de 6% ao ano, enquanto o offshoring (exportação de serviços) tem perspectivas de crescimento na ordem de 40%. Hoje, os principais destinos das exportações brasileiras em softwares são Estados Unidos e Europa, com destaque para Inglaterra, Alemanha, Espanha, Itália e Suécia. Para o CGEE (Centro de Gestão de Estudos Estratégicos), órgão ligado ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, esse mercado em expansão pode representar ganhos anuais de até US\$ 7 bilhões para as 3,5 mil empresas que devem atuar no Brasil no ano de 2015.